

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Termo de Referência 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	770000-SECRETARIA-GERAL DA MARINHA	MOISES OLIVEIRA BAZETH REGIS	01/06/2026 14:36 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		62091.000386/2026-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviço de capacitação profissional em instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado, mediante aquisição de vagas em curso especializado, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas/aula, incluindo material didático em meio digital e/ou físico e atividades teóricas e práticas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência. O curso deverá ser ministrado em instalações situadas em Brasília – DF, preferencialmente nas proximidades da Secretaria-Geral da Marinha, de modo a viabilizar o deslocamento dos militares e garantir a assiduidade.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Curso de Instalação e Manutenção de Ar Condicionado (120 h/a). Local: Região de Brasília /DF. Conteúdo programático: fundamentos da refrigeração, ciclo, componentes elétricos, elétrica básica, cálculo de carga térmica, manipulação de tubos de cobre, instalação (Split), carga de gás, desinstalação e manutenção.	21172	VAGA	1	R\$ 2.720,00	R\$ 2.720,00

- 1.2. As descrições e especificações contidas neste Termo de Referência se sobrepõem àquelas correspondentes aos códigos de CATSER aqui adotados, no caso de eventuais incongruências entre elas.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação inicia-se na data do aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, encerrando-se com a conclusão da prestação do serviço (realização do curso) e o recebimento definitivo, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou instrumento hábil que o substitua oferece o detalhamento das regras aplicadas à execução, fiscalização e recebimento do serviço.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de capacitação técnica e profissional, visando ao desenvolvimento de competências relacionadas à instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado, contribuindo para a formação de pessoal qualificado para atendimento das demandas internas de manutenção, instalação e apoio técnico relacionadas aos equipamentos de climatização utilizados nas dependências da Administração.
- 2.2.** A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 2021, observando o alinhamento com o planejamento institucional e orçamentário da Administração.
- 2.3.** Considerando tratar-se de contratação de baixo valor, com objeto simples e padronizado, enquadrada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, fica dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), em observância aos princípios da proporcionalidade, eficiência e racionalidade administrativa, nos termos do art. 18, §1º, da referida Lei.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1.** A solução proposta consiste na contratação de instituição especializada para oferta de curso de capacitação profissional em instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado, mediante aquisição de vagas em curso já existente, destinado à qualificação técnica de militares da Secretaria-Geral da Marinha.
- 3.2.** O curso deverá contemplar conteúdo teórico e prático, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas/aula. A proximidade das instalações da contratada em relação à Secretaria-Geral da Marinha é fator determinante para a execução do objeto, minimizando o tempo de deslocamento e garantindo a plena participação dos militares nas atividades práticas e teóricas.
- 3.3.** A contratação por meio da aquisição de vagas em curso regular ofertado por instituição especializada apresenta-se como solução adequada, considerando a necessidade de capacitação técnica específica, a disponibilidade de cursos estruturados no mercado e a economicidade para a Administração, evitando custos adicionais relacionados à organização de turma exclusiva.
- 3.4.** A participação no curso permitirá a formação de pessoal qualificado para apoio às atividades internas de instalação, manutenção e suporte técnico, contribuindo para maior eficiência operacional e redução de custos com serviços terceirizados.
- 3.5.** O serviço objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Além dos critérios eventualmente previstos na descrição do objeto, a contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, considerando:
- I – utilização preferencial de materiais didáticos em formato digital, quando possível, visando à redução do consumo de papel;
 - II – adoção de práticas educacionais e operacionais ambientalmente responsáveis, quando aplicáveis às atividades de ensino;
 - III – incentivo à correta manipulação e destinação ambientalmente adequada de fluidos refrigerantes e demais materiais utilizados em sistemas de climatização, conforme normas ambientais vigentes.
- 4.2.** Não se aplica a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, tendo em vista tratar-se de prestação de serviço de capacitação profissional, sendo vedada qualquer restrição à competitividade.
- 4.3.** Não se aplica vedação prévia à contratação de marcas ou produtos específicos, considerando que o objeto consiste em prestação de serviço educacional.
- 4.4.** Não será exigida a apresentação de amostras, tendo em vista tratar-se de prestação de serviço de capacitação, cuja avaliação poderá ser realizada por meio da análise da proposta e da documentação apresentada pelo fornecedor.
- 4.5.** Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, considerando a natureza do objeto contratado.
- 4.6.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o serviço ser executado diretamente pela instituição contratada.
- 4.7.** Não será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto, do baixo risco envolvido e do reduzido valor da contratação.
- 4.8.** Não se aplica a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista tratar-se de contratação direta, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, quando cabível, os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.9.** Não se aplica margem de preferência à presente contratação, nos termos da legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O objeto da contratação consiste na prestação de serviço de capacitação profissional por meio da oferta de curso de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado, mediante aquisição de vagas em curso regularmente ofertado pela instituição contratada.
- 5.2. O curso deverá contemplar conteúdo teórico e prático, abordando conhecimentos essenciais relacionados aos sistemas de climatização, incluindo fundamentos de refrigeração, componentes do ciclo frigorífico, elétrica básica aplicada, instalação de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva e demais práticas relacionadas à área.
- 5.3. A carga horária mínima do curso deverá ser de 120 (cento e vinte) horas/aula, distribuídas conforme a programação pedagógica da instituição contratada.
- 5.4. A Administração indicará até 6 (seis) militares para participação no curso, sendo permitida a matrícula em turmas distintas, conforme disponibilidade de vagas e cronograma da instituição contratada.
- 5.5. A participação dos militares indicados pela Administração ocorrerá durante o período de vigência da contratação, observando-se o calendário de turmas disponibilizado pela instituição.

Local de Execução

- 5.6. O curso será realizado nas instalações da instituição contratada, que deverá dispor de infraestrutura adequada para a realização das atividades teóricas e práticas necessárias à formação técnica.
- 5.7. O local de realização do curso deverá situar-se em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros da Secretaria-Geral da Marinha (Esplanada dos Ministérios – Bloco “N”, Brasília/DF).
- 5.8. A limitação geográfica fundamenta-se na necessidade de viabilizar o deslocamento diário dos militares, compatibilizando a capacitação com as rotinas administrativas e evitando custos adicionais com deslocamentos prolongados, não configurando restrição indevida à competitividade, conforme justificativa técnica constante deste DFD.

Infraestrutura e Atividades Práticas

- 5.9. O curso deverá contemplar atividades práticas em laboratório ou ambiente técnico apropriado, envolvendo procedimentos de instalação, manutenção e diagnóstico de sistemas de climatização.
- 5.10. As atividades práticas serão realizadas com equipamentos, ferramentas e dispositivos compatíveis com os utilizados em instalações reais, garantindo a efetiva capacitação técnica dos participantes.
- 5.11. A instituição contratada deverá possuir infraestrutura adequada, incluindo sala de aula equipada e laboratório técnico compatível com as atividades práticas previstas.

Certificação

- 5.12. Ao final da capacitação, a instituição contratada emitirá certificado de conclusão para cada participante que cumprir os requisitos de frequência e aproveitamento definidos pela instituição.
- 5.13. O certificado conterá, no mínimo:
- I – nome do participante;
 - II – carga horária do curso;
 - III – identificação da instituição responsável pela capacitação;
 - IV – área ou denominação do curso.

Início da Execução

- 5.14. O início da execução ocorrerá após a emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, mediante solicitação formal da Administração para a matrícula dos participantes nas turmas disponíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do instrumento contratual ou emissão da Nota de Empenho, a Administração poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial, com vistas à apresentação das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias de execução e sanções aplicáveis.

Fiscalização

- 6.5. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas, garantindo os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências da execução, com a descrição do necessário para a regularização de faltas ou problemas observados.

- 6.8.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para correção, determinando prazo para o saneamento.
- 6.9.** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou medidas que ultrapassem sua competência.
- 6.10.** O fiscal técnico verificará o cumprimento das condições previstas para o curso, incluindo carga horária, infraestrutura, atividades práticas e a emissão de certificados aos participantes.

Fiscalização Administrativa

- 6.11.** O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e acompanhará os procedimentos administrativos de empenho, liquidação e pagamento.
- 6.12.** Em caso de descumprimento, o fiscal administrativo atuará tempestivamente, reportando ao gestor do contrato quando a situação ultrapassar sua competência.
- 6.13.** A fiscalização observará rotinas compatíveis com a natureza do serviço e o risco da contratação, conforme normas internas da Administração.
- 6.14.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto.

Gestor do Contrato

- 6.15.** Caberá ao gestor do contrato:
- 6.15.1. Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização da execução, registrando todas as ocorrências relacionadas ao objeto;
- 6.15.2. Acompanhar os registros dos fiscais e as medidas adotadas, informando a autoridade superior quando necessário;
- 6.15.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento;
- 6.15.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações da contratada;
- 6.15.5. Adotar providências para a formalização de processo de responsabilização para aplicação de sanções (art. 158 da Lei nº 14.133/2021);
- 6.15.6. Elaborar relatório final sobre a execução, avaliando o cumprimento do objeto e os resultados obtidos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1.** O serviço será recebido provisoriamente mediante a confirmação da efetivação da matrícula dos participantes indicados pela Administração nas turmas disponibilizadas pela instituição contratada.
- 7.2.** O recebimento definitivo ocorrerá após a comprovação da realização integral do curso e da emissão dos respectivos certificados de conclusão, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.3.** Caso seja constatado que o serviço prestado não atende às condições estabelecidas, a Administração poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto.

Liquidação

- 7.5.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.6.** Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal contém os elementos necessários e essenciais, tais como:
- I – data de emissão;
- II – dados da contratação;
- III – descrição do serviço prestado;
- IV – valor a pagar;
- V – eventuais retenções tributárias cabíveis.
- 7.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará sobrestado até que a Contratada adote as medidas saneadoras.
- 7.8.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da contratada, mediante consulta ao SICAF ou apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de Pagamento

- 7.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.10.** Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente pelo IPCA, entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva quitação.

Forma de Pagamento

- 7.11.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela Contratada.
- 7.12.** Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 7.13.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.
- 7.14.** O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos por esse regime, condicionando-se o pagamento à comprovação dessa condição.

Antecipação de Pagamento

- 7.15.** Não será permitida a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.16. Os preços são fixos e irremovíveis, considerando tratar-se de contratação de curta duração e execução imediata.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Forma de Seleção e Critério de Julgamento

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, observadas as condições deste Termo de Referência.

8.2. O critério de julgamento pelo menor preço será aplicado desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e demais condições deste Termo.

Forma de Execução

8.3. A execução do objeto ocorrerá mediante prestação do serviço de capacitação profissional, por meio da disponibilização de vagas em curso presencial de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado, conforme condições deste Termo.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

8.4. Serão considerados aceitáveis os preços que:

- I – estejam compatíveis com os valores praticados no mercado;
- II – não ultrapassem o valor estimado da contratação;
- III – atendam às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

Exigências de Habilitação

8.5. Habilitação Jurídica:

- I – Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;
- III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples.

8.6. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- III – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- V – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, quando aplicável.

8.7. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.7.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.7.2. Fica dispensada a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, em razão do baixo valor da contratação (art. 69 da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Qualificação Técnica:

- 8.8.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização anterior de serviços de capacitação ou treinamento em área técnica compatível com o objeto;
- 8.8.2. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados;
- 8.8.3. A Administração poderá solicitar documentos complementares para verificação da autenticidade dos atestados.

Disposições Gerais

- 8.9.** Os documentos poderão ser apresentados via SICAF.
- 8.10.** Empresas estrangeiras deverão seguir as regras de tradução/apostilamento.
- 8.11.** Não serão aceitos documentos com CNPJ divergente da proposta.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1.** O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta (Dispensa de Licitação), com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.** O serviço será prestado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho, observado o cronograma de turmas da instituição contratada.

9.3. Habilitação Jurídica

O interessado deverá apresentar documentos que comprovem sua regular constituição e personalidade jurídica, tais como: Contrato Social ou Estatuto registrado, CCMEI (para MEI), ou documento equivalente, conforme a natureza jurídica do proponente, acompanhado de prova da representação legal.

9.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

O interessado deverá comprovar regularidade mediante:

- I – Prova de inscrição no CNPJ;
- II – Certidão conjunta de débitos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- III – Prova de regularidade com o FGTS (CRF);
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- V – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio do fornecedor.

9.5. Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de capacitação/treinamento profissional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização anterior de cursos ou treinamentos na área de refrigeração/climatização ou área técnica correlata.

9.6. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados via SICAF.

9.7. A documentação de habilitação deverá estar em nome da matriz ou filial, conforme a natureza do documento.

9.8. Se for cooperativa, devem ser observadas as exigências específicas aplicáveis.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais)**, conforme os custos unitários e quantitativos constantes da tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, apurados mediante pesquisa de preços realizada conforme a IN SEGES/ME nº 65/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União (OGU).

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- I – Gestão/Unidade: 00001/77000;
- II – Fonte de Recursos: 10000000000;
- III – Programa de Trabalho: 174672;
- IV – Elemento de Despesa: 339039;
- V – Plano Interno: Z490DV101B4.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

(Contratações de pequeno valor — art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021 e ON AGU nº 84/2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e no Termo de Referência.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa do Contratado.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Exigir o cumprimento das obrigações; receber o objeto; notificar sobre vícios ou falhas; fiscalizar a execução; efetuar o pagamento nos prazos; aplicar sanções; e emitir decisões sobre solicitações da contratada no prazo de 30 dias (prorrogável).

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Cumprir todas as obrigações do Termo de Referência; manter preposto; reparar vícios às suas expensas; manter habilitação durante toda a execução; cumprir obrigações trabalhistas/previdenciárias; guardar sigilo (LGPD); e observar normas de segurança.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes devem cumprir a Lei nº 13.709/2018. É vedado o compartilhamento de dados sem previsão legal, devendo o Contratado eliminar dados após a finalização do tratamento, mantendo bancos de dados em ambiente controlado e rastreável.

6. EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. Extingue-se pelo cumprimento das obrigações, por rescisão amigável, ou nas hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e ampla defesa.

7. CASOS OMISSOS

7.1. Resolvidos pela Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente pelo Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais de direito.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Regidas pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. O Contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até 25% (ou 50% para reformas de equipamentos).

9. FORO

9.1. Foro da Justiça Federal em Brasília/DF.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado), inscrito no CNPJ sob o nº, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a **Dispensa Eletrônica nº / 20.....**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

[Local-UF], de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MOISES OLIVEIRA BAZETH REGIS

Responsável pela contratação direta

GLEIDSON FERNANDES MESQUITA

Autoridade competente